

O PAPEL DA CIDADANIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Andréa das Graças Souza Camacho Gimenez Garcia¹

RESUMO

A cidadania ativa mantém papel decisivo na conquista e construção do chamado estado democrático de direito. Em um país no qual a desigualdade é intensa, especialmente no que tange à educação e emancipação sócio-política, torna-se crucial repensar o Brasil dialeticamente, debatendo-se valores contraditórios, formação histórica, bem como o atual sentido do termo cidadania e democracia. O presente artigo teve como objetivo discutir a emancipação, cidadania e exclusão social no denominado estado democrático de direito.

Palavras-chaves: participação, cidadão, integração.

O presente estudo tem o escopo de analisar a cidadania na construção do estado democrático de direito à luz dos princípios da igualdade de direitos e oportunidades na sociedade, tendo como contraponto as mazelas nacionais que têm o embrião na exploração que data do descobrimento, com opressão e desigualdade em função da manutenção do poder.

Quando se tem acesso aos estudos existentes sobre a desigualdade, não há como se evitar a insatisfação no que diz respeito à própria construção do conhecimento neste sentido, pois há poucos estudos reflexivos e distanciados do interesse minoritário e da vulgarização do conhecimento.

Por tal motivo, para desenvolver-se uma concepção crítica e profunda sobre o assunto, primeiro é preciso operar com inteligência o próprio pensamento, abandonando a carência de conceitos.

Classe, desigualdade e capitalismo são noções forjadas e integradoras da sociedade, cuja maioria não conhece e não se conhece, deixando-se enganar por discursos demagógicos, pilares sustentadores de pseudos democracia e cidadania, tão falsas quanto oportunistas, pois subsistem sobre a necessidade daqueles que, por se encontrarem sob a influência da fome material (comida) e cognitiva (de conhecimento) não têm liberdade de escolha. Neste sentido, o que se tem é a liberdade limitada pela própria necessidade.

¹ Docente do Curso de Direito e Chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Advogada nas áreas de Direito Civil, Empresarial e Administrativo.

Outro elemento relevante na definição da desigualdade é a herança intelectual, que destaca aspectos culturais peculiares, se fundindo com o desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

A contraditoriedade da pobreza em meio à abundância é próprio do capitalismo, que nega a existência da economia nacional planificada. Assim, na ótica capitalista, a culpa de toda a desigualdade vai pairar sob a denominada má distribuição de renda, demonstrando, como se a simples distribuição fosse dissolver o problema da desigualdade social, política, econômica.

Nesse sentido, o presente trabalho trata de oferecer uma reflexão sobre o assunto, não apenas expondo a importância de se encontrar soluções para o quadro distributivo nacional, mas também esclarecendo a idéia equivocada de que o ato de distribuir renda seria fundamental para equalizar o rendimento de famílias brasileiras ou que o assistencialismo que se enraizou no país pode ser classificado enquanto política social de emancipação.

Demo² (2000) elucida, enfaticamente, que considerar a coletividade mera beneficiária da proteção do Estado constitui posição ultrapassada e inadequada, já que futuramente, requer-se uma orientação pautada em educação e não em assistência. O mesmo estudioso ainda ressalta que uma das piores chagas da sociedade, senão a mais grave é a pobreza política, resultante da pobreza cognitiva que impede o desenvolvimento humano.

Especificamente, também se procurou responder questões que sempre vêm à tona quando se discute distribuição de renda ou inclusão econômica e social: a distribuição de renda é suficiente para resolver a desigualdade social? Até que ponto as desigualdades podem ser solucionadas em um sistema capitalista? Qual o significado de política social? O assistencialismo pode beneficiar a comunidade? No Brasil é possível falar em cidadania, em seu sentido exato e não compartimentado? Elucidando tais questionamentos, tornou-se possível a construção de uma percepção mais crítica e dinâmica sobre o tema.

As respostas às questões se complicam ao considerar-se que uma sociedade é composta por pessoas diversas, com interesses, idéias e aptidões próprias. Sobre isso, sabe-se da existência de diferenças cruciais e que podem ser facilmente

² DEMO, P. **Política social do conhecimento**: sobre o futuro do combate à pobreza. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

disseminadas, dependendo do grau de liderança ou representatividade de cada um e respectivo poder de manipulação das massas.

Como aponta Touraine³, há indivíduos que somente procuram a diversidade e os que somente dizem “nós” (correndo o risco de excluir minorias, agravando a desigualdade), bem como aqueles que dizem “ego” ou “id”, proibindo a si mesmos toda a intervenção na vida social em prol da justiça e equidade.

Entretanto, para se chegar a um consenso e poder existir uma coesão de vontades e ideais, faz-se necessário respeitar a liberdade social e coletiva, organizando a representação de interesses, formalizando o debate público e instituindo a tolerância. Este é o patriotismo da Constituição, respeitando-se princípios de liberdade e justiça, o que requer formação diferenciada, crítica, dialética, possibilitando, inclusive, a participação em movimentos sociais, que não significa revoltar-se em face da miséria, escravidão ou pobreza, mas buscar um caminho de mudança e resolução do conflito, por meio da ilegitimidade do poder que se estabelece.

Integrar um movimento social implica a revolução dos pensamentos e ideologias, passando a perceber o jogo que se estabelece pela manutenção do poder. É assim que se percebe, por exemplo, que a globalização é um sistema de poder que inclui, exclui, destrói culturas e cria novos consumos.

Hodiernamente, a sociedade pode perder o sentido, pois alimenta práticas dissociadas da consciência e atos do discurso. Em tempos passados sofreu-se pelo excesso de movimentos sociais e hoje se peca pela ausência de discursos engajados em uma prática bem fundamentada.

Enfim, acredita-se neste estudo não apenas direcionado à discussão superficial da distribuição de renda, mas sua reflexão crítica, discutindo-se elementos diretamente ligados à estrutura de desigualdade social, bem como possíveis mecanismos de enfrentamento, a fim de uma compreensão menos “ingênua” acerca da temática.

Assumir que é imprescindível uma revolução de pensamento para que o curso da história da exploração brasileira seja alterado é o primeiro passo em direção à transformação. Não a transformação para confirmar o jargão “todos são iguais”, mas para saber lidar com a realidade de que todos, embora cada qual com suas particularidades merecem, no mínimo, respeito à dignidade e, negar isto, significa

³ TOURAINE, A . **Poderemos viver juntos**: iguais e diferentes. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

corromper valores cruciais na vida humana, a exemplo da integridade moral e consciência crítica, sendo esta última construída mediante a realização dos denominados direitos fundamentais: educação de qualidade para todos, trabalho, alimentação e moradia decentes, enfim, tudo que ainda não vemos no Brasil.

Quanto ao aspecto metodológico, a metodologia utilizada foi a denominada crítico-dialética, de forma a enfatizar os aspectos histórico-sociais dos processos, priorizando relações de poder enquanto produtoras de desigualdade e exclusão social.

Para a elaboração do trabalho, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica suficiente para abordar o assunto de forma objetiva e clara, tecendo reflexões acerca da necessidade de uma educação emancipatória para a conquista da igualdade tão sonhada pelo povo brasileiro.

1 Fatores que alimentam a estrutura de desigualdade e a exclusão social

De acordo com Thomas Kuhn⁴, “se a história fosse vista como um repertório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina”.

Quando o autor se refere ao termo “ciência”, alude-se à cultura, conhecimento, ideologias e noções sustentadas pela atual sociedade, quer por razões de sobrevivência, quer por motivos de manutenção do poder, que intensificam as disparidades sociais, as quais vão além do poder aquisitivo ou ausência dele, implicando a liberdade de cada indivíduo.

Portanto, pode-se afirmar que a desigualdade social ou a exclusão social são reforçadas por noções forjadas sobre cidadania, democracia, história, neoliberalismo e o próprio capitalismo, elementos interligados e que se influenciam.

Ora, a forma pela qual a riqueza é distribuída ou a sociedade é dividida (em classes, por exemplo) depende do que é produzido e como se articula o mercado. Da mesma forma, noções de direito, conhecimento, educação, política, cidadania ou justiça de determinada sociedade são compatíveis ao nível de desenvolvimento econômico atingido por essa.

⁴ KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nélon Boeira. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

No caso do Brasil, muitos dos discursos transmitem idéias equivocadas sobre os elementos citados, pois se do contrário fosse poderia haver oportunidades de ascensão por parte da classe oprimida, que vem sendo o sustentáculo da politicagem que se instala no país, baseada principalmente em políticas assistencialistas que fazem daquele que poderia vir a ser um cidadão, um simples beneficiário. Doravante, discute-se o assunto com propriedade.

2 Cidadania e democracia: valores invertidos

Há muito tempo que os termos cidadania e democracia são estudados pela ciência e apontados enquanto formas de emancipação individual e coletiva. Contudo, no Brasil tais conceitos são distorcidos e passam a funcionar como simples noções fragmentadas e que jamais poderiam auxiliar o surgimento de novas posturas ou idéias por parte da classe menos favorecida, grande fatia da população brasileira.

Tratando-se da Europa, Estados Unidos ou qualquer outro país desenvolvido, percebe-se que a cidadania hoje se estabelece enquanto um elemento mais palpável, real, menos maquiado do que no território brasileiro, tanto que não se constata naqueles a pobreza política de forma tão intensa quanto no povo brasileiro.

Entretanto, cidadania requer consciência do papel em sociedade, sem privilégios ou manobras para usufruir de vantagens, além do exercício de direitos legalmente garantidos sem o prejuízo de outrem.

No Brasil, essa característica não se atribui à classe média e nem mesmo a determinados intelectuais. Significa então que não há cidadãos e os que o poderiam ser, em função do grau de instrução, não o querem simplesmente afetados pelo sistema que integram e acreditam como um gestor de suas vidas. Assim, se promove exclusão social e desigualdade, como resultados do não exercício dos direitos sociais ou de cidadania.

Segundo Brito Alves⁵, “os direitos sociais, no Brasil, desenvolveram-se tardiamente, haja vista o peso histórico das grandes instituições da colônia que formaram um legado de entraves ao seu desenvolvimento”, constatando-se, portanto, que a história brasileira traz consigo uma herança de desigualdades e injustiças, indo

⁵ ALVES, F. B. Brava gente brasileira. JUS-NAVEGANDI. Ano I, n. 4, mar.2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7627> . Acesso: 19 de agosto de 2016.

desde a dominação dos indígenas pelos europeus até a exclusão social que hoje se apresenta.

Os direitos sociais, estando aí inseridos os trabalhistas não foram amparados pelas primeiras Constituições, inclusive no que se relaciona aos direitos trabalhistas, atualmente integrantes não somente da Lei Maior, mas também da Consolidação das Leis do Trabalho.

Como ocorreu no âmbito trabalhista, a conquista dos direitos sociais de cidadania, ao menos teoricamente, foi fruto de movimentos sociais, inicialmente rechaçados pelo Poder Público por meio de força policial, embora possa ser também considerado enquanto benevolência estatal, já que a cidadania é limitada por elementos de cunho político, a exemplo da era Vargas, conhecida como o tempo dos direitos sociais, tendo em vista o surgimento da primeira lei geral aplicada a todos os trabalhadores, sem distinção entre trabalho manual ou intelectual: a Consolidação das Leis do Trabalho.

Infelizmente, a noção de cidadania nasceu desvinculada de qualquer emancipação política, ligando-se à idéia da existência dos denominados direitos sociais e trabalhistas, quando o exercício de tais prerrogativas é que torna um indivíduo cidadão ou não. Não é possível vislumbrar cidadania quando grande parte da população se encontra excluída em relação ao exercício dos seus direitos. Basta a análise da Carta Magna de 1988, em seu artigo 6º, a fim de que essa certeza se vislumbre: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Analisando-se o quadro social brasileiro, como a própria mídia informa cotidianamente, milhões de brasileiros não têm seus direitos sociais satisfeitos e não consegue reverter a situação por pura pobreza política. Para se adotar outro viés de pensamento, baseado nas observações de Demo⁶ (2000), poder-se-ia afirmar que a cidadania brasileira é muito pequena, pois embora a sociedade brasileira seja mobilizável, ou seja, detentora de uma potencialidade de participação em movimentos sociais, não é mobilizada, quando seria capaz de lutar pelos seus direitos caso não fosse tão politicamente pobre.

⁶ DEMO, P. **Política social do conhecimento**: sobre o futuro do combate à pobreza. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Como tudo se liga à história do capitalismo, também no Brasil há a supremacia do modelo econômico, impedindo relevantes discussões acerca da previdência social, do sindicalismo, do papel do Estado e da necessidade de redistribuição de renda. Assim, atinge-se cada vez mais o abandono das minorias e excluídos, enquanto se assiste a “oposição” aceitar o debate inertemente.

Por outro lado, nota-se o fato de que o Brasil há muito não apresenta um projeto político, mas somente marketing desta natureza, tornando as eleições locais de consumo eleitoral, fragilizando aqueles que, por força da ignorância, não sabem lidar com o discurso demagógico e resguardando os que nada fazem por interesse próprio.

Nesse cenário, desenvolvem-se atos manipuladores, como incutir na mente das pessoas que a educação ou instrução escolar de nada valem, desta maneira conseguindo que o povo se identifique com tal discurso e leve o seu autor à eleição ou reeleição. Certamente, nada mais eficaz que “tornar” o ser diferente um “igual”, a fim de dominá-lo, como se fez com o índio ou o negro e ainda se faz com a massa da população.

Nas atuais condições, constata-se um grande atraso na construção da democracia, quer por interesses dominantes ou mesmo pelo fato de que ainda se vive em um regime autoritário, não explícito como no passado, mas implícito em cada gesto, palavra e ato da sociedade globalizada. Obviamente, tal crítica não se estende à democracia de mercado, cujo discurso é o mais difundido dos últimos tempos. Ressalta-se nesta oportunidade a importância de se debater sobre o que vem a ser democracia e se o Brasil realmente tem espaço para um elemento tão polêmico.

Primeiro, analisa-se que a democracia constitui temática complexa e alvo de estudo de diversas áreas do saber, como Direito ou Ciência Política, suscitando equívocos e dúvidas e até mesmo pensamentos utópicos que visam o alcance de uma democracia ideal, que se assim fosse jamais seria legítima, tendo em vista que a realidade democrática de certa sociedade não é definida pelo ideal democrático nela presente.

Pensando no Brasil, conclui-se que alguma democracia se faz presente, entre as formas já existentes e que integram estudos sobre a questão:

a) Democracia direta

Nesta modalidade de democracia, há a participação direta da população no exercício do poder, diferentemente da democracia indireta, na qual há limitação e

controle do poder, podendo-se afirmar que seria impossível, mesmo pelo sistema capitalista e a ideologia neoliberal, o exercício da democracia direta no Brasil.

Desta feita, há a representatividade política, os que mandam e os que são mandados, os que manipulam e os que são manipulados, instalando-se a desigualdade e exclusão social.

b) Democracia Representativa

É nesta modalidade que há a representação das classes sociais pelas Cortes, frisando-se que apenas no instante em que tais representantes promoverem a luta pelas forças de todas as categorias sociais, poder-se-á falar em representação legítima.

c) Democracia Semidireta

Este tipo de democracia assim se denomina pelo fato de que há representatividade política, embora seguida pela intervenção direta do povo em certas situações, quando se delibera por meio de plebiscito, referendo, iniciativa popular, veto popular e *recall*.

Afirma Moraes⁷, baseando-se no art. 14 da Constituição Federal de 1988, que

uma das formas de exercício da soberania popular será por meio da realização direta de consultas populares, mediante plebiscitos e referendos”. Destaca-se que, quanto ao momento de realização plebiscito difere de referendo. Registra o mesmo autor (2006, p. 560) que, “enquanto o plebiscito é uma consulta prévia que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser, posteriormente, discutida pelo Congresso Nacional, o referendo consiste em uma consulta posterior sobre determinado ato governamental para ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia (...), ou, ainda, para retirar-lhe a eficácia (...).

Enquanto isso, a iniciativa popular é considerada o mais significativo instituto da democracia participativa, significando a iniciativa de leis pelo povo, que passa a exercer tal direito de forma legítima, desde que cumpridos os requisitos legais. Na visão de MORAES⁸:

⁷ MORAES, A. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 549.

⁸ _____. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 1179.

a Constituição Federal consagrou como instrumento de exercício de soberania popular (...) a iniciativa popular de lei, que poderá ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Tal iniciativa se estende às Constituições estaduais, neste caso exigindo-se a assinatura de 1% dos eleitores. A relevância da iniciativa popular é imensa, pois vem a efetivar a participação das pessoas na legislação do país. Contudo, no Brasil, devido à situação de pobreza política na qual se encontra grande maioria da população, o instituto foi utilizado aproximadamente três vezes, durante toda a história legislativa, tornando, por exemplo, o Congresso Nacional e o Chefe do Executivo os grandes responsáveis pela elaboração das leis que vigoram no território nacional e que muitas vezes não atendem o anseio da população, mas o interesse de uma minoria dominante.

Não obstante, integra a democracia participativa o denominado veto popular, exercitado pelo povo no plebiscito ou referendo, quando a sociedade decide favoravelmente ou não acerca de determinada questão colocada sob consulta. No Brasil, o veto é prerrogativa dos chefes do Poder Executivo mediante Projeto de lei aprovado pelo Legislativo.

Já, *recall* significa revogar, anular, assim possibilitando que o eleitorado possa destituir, em manifestação direta, determinado órgão público que tenha afrontado a confiança do povo ou a dignidade inerente à função, o que no Brasil é praticamente desconhecido.

Pelo exposto, conclui-se que há alguma democracia no Brasil, embora ainda longe daquela que se espera, isto é, o direito de exercer direitos. Esta é uma conquista árdua e somente alcançada no instante em que a pobreza política ficar para trás.

2.1 Assistencialismo X Cidadania: forças antagônicas e distorcidas na estrutura de poder

Um fator relevante para a compreensão do mundo contemporâneo é o discurso da pós-modernidade. Tem-se consciência da complexidade e da riqueza das temáticas inerentes à esta abordagem, mas destaca-se que a atenção será concedida às facetas da pós-modernidade que estão relacionados com os temas tratados anteriormente, objetivando compreender a realidade de maneira mais profunda.

Hoje, entre conceitos distorcidos, noções fragmentadas de cidadania, política, assistência e outros elementos que integram a sociedade, nota-se que a mesma também é marcada por um individualismo exacerbado, consumismo e narcisismo, causando o aniquilamento de valores e concepções, tornando o homem valioso pelo “ter” e não pelo “ser”.

Sobre o assunto, afirma Boff⁹ que:

Dessa situação resulta a fragmentação de tudo, a dissolução de qualquer cânon, a carnavalização das coisas consideradas sagradas, a ironização das grandes convicções, a permanente crise de identidade, a renúncia a qualquer profundidade, denunciada como metafísica, como essencialismo, e a destruição das razões para qualquer compromisso fundamental. Desaparece o horizonte utópico, sem o qual nenhuma sociedade pode viver e nenhum compromisso humano ganha significação e sustentabilidade.

Todavia, para que o indivíduo possa orientar a sua própria vida, questões como cidadania, política assistencialista e outros elementos que vêm sendo forjados em discursos políticos, têm que ser desvendados e pensados, como também a prioridade de se exercer os direitos inerentes ao ser humano.

Quando se discute o assunto cidadania, percebem-se observações superficiais e mesmo noções fragmentadas, como a de que o voto é o exercício total de cidadania, ou curso superior é exercer cidadania e outras idéias que a mídia e o discurso político demagógico divulgam enquanto verdades. Ou seja, não se fala em voto consciente, o que em nosso país é quase inexistente ou em revolução de pensamentos e filosofias, iniciando-se pela construção do conhecimento de qualidade por todos, sem distinção. Na verdade, até se menciona o assunto, mas isso não passa de palavra, enquanto as ações continuam completamente divorciadas do discurso.

Em primeira instância, para enfrentar a ignorância é necessário partir da capacidade individual e coletiva de fazer e fazer-se oportunidade, de emancipação. Nesse quadro, a assistência tem figurado enquanto política social mais requisitada, pois permite que o indivíduo se desenvolva enquanto protagonista de sua própria vida.

Todavia, no sistema capitalista a assistência ocorre de forma assistencialista, considerando o indivíduo um simples beneficiário e vulgarizando-se a idéia de que esta posição é direito da cidadania, quando na verdade representa uma manobra para dominar os menos favorecidos que passam a acreditar no assistencialismo como causa

⁹ BOFF, L. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letraviva, 2000, p. 23.

da cidadania e são incapazes de perceber a intenção e objetivo de tal prática, que nada mais objetiva do que criar dependentes e, preferencialmente, que sejam eleitores.

Partindo dos estudos de Demo (2000), captam-se basicamente duas modalidades de cidadania:

a) Cidadania tutelada: utiliza-se do clientelismo para ocultar questões sociais, implantando a dependência de doações diversas.

b) Cidadania assistida: realça a figura do beneficiário enquanto passivo e obediente, tornando-se assistencialista à medida que o indivíduo não se emancipa, mas se torna mais subalterno e submisso.

A cidadania tem que ser conquistada por outras formas de política social, quais sejam, acesso à educação de qualidade, o que inclui criticidade e reflexão, capacidade de organização política social, exercício da democracia em sua plenitude, etc.

Enfim, a cidadania é muito mais profunda do que se imagina, abrangendo o homem em sua totalidade, como construtor de sua própria história e para que isto ocorra é necessário conhecimento.

Registra Demo¹⁰ que:

O mundo divide-se cada vez mais entre a parte que é capaz de produzir conhecimento próprio e a outra que o copia. É impossível formular e manter projeto próprio de desenvolvimento sem manejo adequado do conhecimento. Aí reponta nova face da pobreza: mais comprometedora que a carência material é a pobreza política, ou seja, a dificuldade extrema de organizar o próprio destino com autonomia mínima. O mal maior não será a fome – tecnologicamente fácil de debelar – mas a ignorância, ou seja, a condição de massa de manobra ou a incapacidade de gerar as próprias oportunidades.

O mesmo autor (2000), afirma que ao definir-se desenvolvimento enquanto oportunidade, pergunta-se: quais elementos poderiam favorecer essas oportunidades? O que nos leva à educação enquanto meio de abrir um horizonte de oportunidades, além de promover indivíduos emancipados? Depois, deve-se considerar o elemento “expectativa de vida”, pois terá mais oportunidade quem conseguir viver mais e melhor. Por último, destaca-se o “poder de compra”, referindo-se às necessidades materiais.

¹⁰ DEMO, P. **Política social do conhecimento**: sobre o futuro do combate à pobreza. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 22.

Assim, vê-se que a exclusão social é representada pelo déficit de cidadania, com indivíduos sem qualquer competência política de construir sua vida.

Desta forma, começa-se a pensar que o que realmente interessa é a redistribuição e não a distribuição da renda, pois essa última não toca nas desigualdades sociais, enquanto a primeira representa a intervenção direta na desigualdade, retirando daqueles que têm em excesso e repassando para quem não têm.

A política social estatal tende, na realidade, acalmar ou amansar o pobre, coibindo-o de saber se encontra nesta condição e que a pobreza é imposta, cultivada e parte integrante de uma história de exclusão, sendo uma manipulação política. Aí se encontra a fábrica da ignorância politicamente cultivada e reproduzida.

Essa forma de conceber a pobreza requer uma urgente reformulação na educação, a fim de que cumpra o objetivo de se conquistar o que se denomina cidadania emancipatória. Entre as políticas sociais, adequadas são aquelas que se aproximam do pensamento crítico-reflexivo através da educação. Enfim, educação e conhecimento são as políticas sociais mais estratégicas.

Mas, para se chegar à cidadania emancipatória, necessita-se repensar também o espaço escolar, o qual precisa ser democratizado, com qualidade formal, de forma a romper com a pobreza política.

O autor Demo (2000) ainda afirma que na realidade separa-se educação de conhecimento, restando apenas a competência técnica, que atende somente à produtividade, valorizando-se ainda o conhecimento politicamente pobre. Não se pode separar educação de conhecimento, pois esse é meio e a primeira é fim. Nesse aspecto também pode se falar em redistribuição, ato jamais praticado pelas nações, ao passo que apenas se distribui a renda, sem sequer fazer referência às desigualdades sociais.

3 A formação histórica brasileira e a distância social: breve comentário

Explica Darcy Ribeiro¹¹ que no Brasil:

esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu. O antagonismo classista que

¹¹ RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 23.

corresponde a toda estratificação social aqui se exacerba, para opor uma estreitíssima camada privilegiada ao grosso da população, fazendo as distâncias sociais mais intransponíveis que as diferenças raciais.

Com isso, deduz-se que o povo brasileiro não surge da organização de classes que, embora opostas, se relacionavam em função da sobrevivência e do progresso. Vem sim da própria forma com que o Brasil se iniciou ou foi iniciado: colonização de exploração, aculturação dos índios, concentração da força de trabalho escravo e, hoje, da demagogia política que exercita o assistencialismo como forma de domínio.

Na verdade, toda a responsabilidade no que se relaciona à desigualdade e exclusão social repousa no sistema de exploração que se instalara no país desde seu “descobrimento”, quando se ouviu contar sobre a existência de uma população condenada a servir propósitos alheios e antagônicos aos seus por falta de opção ou oportunidade de vir a ser alguém visível na comunidade ou grupo social. E ainda dizem que o brasileiro é livre ! Logicamente, livre para aceitar e se conformar com sua pobreza material, pois a pobreza política, desta nem mesmo desconfia-se que possa existir.

3 Do processo de industrialização, política neoliberal e globalização

Afirma CHAUI (1989, p. 113-114) que:

a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que deve sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como deve fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

Com isso, conclui-se que a ideologia mantém como objetivo dominar psicossocialmente as pessoas, fazendo-as interiorizar valores e concepções interessantes às classes privilegiadas. Isto é, ideologia acaba sendo conceituada

enquanto um pensamento teórico estruturado, cuja meta primordial vem a ser ocultar o real projeto social, político e econômico da classe dominante. Sobre tal ocultação, contribui Gadotti¹², ressaltando que:

(...) não pode ser exercida sem um Estado que mantém, de um lado um aparelho repressivo para toda forma de desvelamento da ideologia e de outro lado, uma 'pluralidade de aparelhos ideológicos' (Althusser), menos ostensivos, mas muito mais eficazes no serviço de ocultação. A função do aparelho repressivo, por ser ostensivo, é mais facilmente identificável. Os aparelhos ideológicos exercem menos ostensivamente seu papel de ocultação. São eles: a imprensa (rádio, televisão, jornais, revistas, propaganda etc.), o sistema de partidos, a família, a religião, a escola, o direito, etc.

Frente à ideologia o que se propõe é o rompimento ou quebra dos discursos demagógico da sociedade, que podem ser difundidos pela mídia ou, principalmente, partidos políticos, destruindo estruturas petrificadas que justificam as formas de dominação. O mesmo deve ser feito quanto à globalização, neoliberalismo e processo de industrialização, todos alavancas da desigualdade, embora transmitidos como o remédio para o desemprego e a pobreza.

Em relação à questão, aponta Jaguaribe¹³ que:

A demanda por industrialização é velha demais de século no Brasil. Em meados dos 1800 surgiram as primeiras tentativas de formular políticas governamentais que livrassem o País da completa dependência em relação à agricultura e à exportação de bens primários. Grosso modo, todo o ideário desenvolvimentista-nacionalista que obteria sucesso de público em escala sem precedente a partir do final do segundo governo Vargas e, sobretudo, em decorrência das formações isebianas, na segunda metade da década dos cinquenta, fora inteiramente verbalizado durante a segunda metade do século XIX. É só por ocasião da Segunda Guerra Mundial, e em parte como consequência dela, que políticas consistentes de industrialização começam a ser instituídas. Desde então, e particularmente após a derrota definitiva das correntes tradicionalistas, em meados dos cinquenta, o esforço industrializante não mais se interrompe, muito embora as opções feitas ao longo do percurso tenham sido e sejam objeto de controvérsia.

Com a Revolução Industrial houve também uma transformação no que se relacionava à produção e aplicação de conhecimentos administrativos, que eram totalmente rudimentares, com qualidade dos produtos e serviços precária e variável, acreditando-se que era responsabilidade do comprador analisar o que estava comprando. O salário (o que não é diferente de hoje) era insuficiente e havia a

¹² GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 6.ed. São Paulo: Cortez e autores associados, 1985, p. 31.

¹³ JAGUARIBE, H. (*Org.*). **Brasil, sociedade democrática**. 2.ed. v. 196 Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 239.

utilização de capatazes para realizar o controle da mão-de-obra, indicando intensa desigualdade social. .

Na verdade, as primeiras medidas para a implantação de uma indústria de base nacional ocorreram a partir da denominada crise mundial, em 1929 e após a Revolução de 30. O discurso nacionalista do Estado, chefiado por Vargas, visava ampliar a produção nacional de bens de consumo. Entretanto, somente após o Estado Novo, surgiram estatais ligadas ao setor de bens de produção, como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional (atualmente privatizada).

Um outro período de desenvolvimento industrial foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 e 1961), quando o fundamento básico era a viabilização de uma recuperação dos setores ainda atrasados, proporcionando a melhoria da infraestrutura (pavimentação de rodovias e instalação de luz elétrica em várias regiões) e, conseqüentemente, investimentos estrangeiros, posicionando a indústria em relação aos demais setores de produção brasileiros.

No período militar pós-1964, o Brasil cresce economicamente, embora continue com a concentração de renda em detrimento do proletariado. Este período, historicamente denominado “Milagre Econômico”, vai até 1973, com um aumento de investimento estrangeiro no País e exportação ampla, possibilitando o investimento em novas tecnologias. Mesmo nesta época as desigualdades sociais estavam presentes e de forma intensa, tanto que na década de 80 houve uma das mais graves crises da história brasileira, ocasionando estagnação das empresas, com reflexos até os dias atuais no que diz respeito ao crescimento e desenvolvimento empresarial.

Na década de 90, o Brasil passou a viver sob um regime neoliberal, primando pela adoção de políticas que visam, de acordo com Almeida¹⁴:

A abertura econômica, liberalização comercial, privatizações, retirada do Estado de velhos monopólios (nem tão velhos assim, pois que criados, em sua maior parte, a partir dos anos 60), interdependência financeira, negociação de acordos comerciais, admissão de investimento estrangeiro em setores anteriormente reservados unicamente ao capital nacional, etc -, isto é, tudo o que se costuma designar por ‘políticas neoliberais’ (...).

¹⁴ ALMEIDA, P. R. de. **A indiscutível leveza do neoliberalismo no Brasil: uma avaliação econômica e política da era neoliberal.** REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO. Ano I, n. 10, mar.2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso: 23 de março de 2016.

Segundo Anderson¹⁵:

o termo 'neoliberalismo' tem um significado específico no que concerne a um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70. Essas receitas têm como fonte de inspiração principal as obras de Milton Friedman. Essas idéias, por sua vez remontam a Hayek e à chamada 'tradição austríaca'.

Na realidade, no Brasil, o neoliberalismo foi iniciado por Fernando Collor, embora de maneira aventureira e um tanto irresponsável, encontrando na figura de Fernando Henrique Cardoso a racionalidade que faltava, responsável por muitas perdas, entre as quais a derrota do movimento sindical dos trabalhadores. Entretanto, partindo das colocações deste mesmo autor (1995), o neoliberalismo foi implantado no Brasil, embora seus programas, em nível mundial, tenham sido iniciados nos anos 70.

Tomando como parâmetro os ideais neoliberais, relevante ressaltar que o trabalhador, mesmo diante da humanização da empresa, somente poderá obter respeito quando houver a recuperação da dignidade do salário mínimo, luta contra o arrocho salarial, início da reforma agrária, luta contra a privatização do estado brasileiro, enfim, quando houver uma revolução, guiada segundo os parâmetros marxistas, o que é impossível enquanto mantivermos posições conservadoras, tanto política quanto empresarialmente.

Um ponto pacífico é o de que na trajetória do desenvolvimento industrial brasileiro a economia sempre se voltava para a proteção da classe dominante, tanto que todas as leis aprovadas beneficiavam uma minoria financeiramente abastada, também protegida pela prática político-econômica existente, especialmente no período neoliberal.

Aduz Anderson (1995, p. 22-23) que o neoliberalismo representa:

(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado. (...) Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o

¹⁵ ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. SADER, Emir (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 139.

neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...) Este fenômeno chama-se hegemonia.

Com isso, o neoliberalismo produziu profundas mudanças na sociedade e na economia nacional, mediante políticas de privatização, abertura comercial e desregulamentação do mercado financeiro, atingindo negativamente o setor empresarial no que tange à adoção de uma política humanizada, a qual implica também a participação efetiva dos trabalhadores no processo decisório do ambiente de trabalho, favorecendo a conquista de direitos sociais e trabalhistas. Estas são atitudes que contrariam os interesses neoliberais.

Segundo Selva Lopes (1988), a desconsideração pelo conceito de igualdade advinda do neoliberalismo representa também o ato de ignorar e contribuir para suprimir todas as lutas sociais e vitórias históricas dos povos por igualdade de direitos, enfatizando a grandeza do mais forte, inclusive incentivando a revitalização da sociedade através da eliminação dos mais fracos, concepção que combina com posturas realmente conservadoras, que podem ocorrer em âmbito político ou empresarial.

Segundo a concepção neoliberal, a pobreza é o resultado da ação de indivíduos que não são capazes de cuidar de si, sendo o luxo um elemento dinamizador da economia, gerando necessidades e estimulando a indústria, de acordo com XAVIER (1996). Uma política empresarial influenciada pelo neoliberalismo jamais irá adotar medidas que contribuam com a ascensão profissional e pessoal do indivíduo, inclusive abominando qualquer movimento do proletariado em favor da conquista de direitos.

Os neoliberais explicam a crise social contemporânea como resultado do *Welfare State* e da democracia social, elementos considerados produto da crença de que é possível intervir em prol da melhoria da sociedade.

Ora, se a intervenção não é possível, então onde ficaria a responsabilidade social e as políticas humanizadas da empresa? Não é preciso pensar muito para saber que não existiriam. Daí a necessidade de aperfeiçoamento cultural por parte dos administradores, a fim de que não sejam manipulados pelo sistema e tenham consciência da relevância de sua participação para a melhoria da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o ambiente de trabalho deve ter como premissa a democracia e a adoção de políticas humanizadas, o que implica a existência de políticas sociais.

Contudo, não se pode negar que a política social esbarra na política macroeconômica e na descontinuidade política, tendo em vista a presença de uma “contradição de base entre a política de ajuste econômico e a possibilidade de se cumprir os compromissos por meio de políticas sociais com impacto efetivo sobre a promoção do desenvolvimento social”, segundo Medeiros¹⁶.

Quanto ao neoliberalismo, mantém como valores centrais a privatização e a exaltação do indivíduo, mediante a redução do papel do Estado em relação às questões sociais. Propor isso aos países do Sul é retirar as garantias mínimas de vida, pois a maioria desses não promoveu revolução social, sendo o Estado ainda responsável pela saúde pública, escola, moradia e serviços básicos.

Afirma Azevedo¹⁷, citando Casaldáliga (2000) que:

O neoliberalismo continua sendo o capitalismo transnacional levado ao extremo. O mundo transformado em mercado a serviço do capital feito deus e razão de ser. O neoliberalismo implica a desresponsabilização do Estado, que deveria ser o agente representativo da coletividade nacional e agente de serviços públicos. Desresponsabilizando-se o estado, de fato se desresponsabiliza a sociedade. Deixa de existir a sociedade e passa a prevalecer o privado, a competição entre interesses privados. A privatização não deixa de ser o extremo da propriedade privada que, de privada, passa a ser privativa e, de privativa, passa a ser privadora da vida dos outros e das maiorias. A privatização é a consolidação dos privilégios de uma minoria que, esta sim, merece viver e viver bem... É doutrina dos teólogos do neoliberalismo: 15% da humanidade têm direito a viver bem; o resto é o resto ... O neoliberalismo é a marginalização fria das maiorias sobrantes. Ou seja, saímos da dominação para cair na exclusão. Estamos vivendo um ‘malthusianismo’ social, que proíbe a vida das maiorias. O neoliberalismo é também a negação da utopia e de qualquer alternativa possível. É conhecida a expressão de Fukuyama: o fim da história, o ponto final da caminhada histórica. Na AL saímos das ditaduras para as ‘democraturas’. É bom lembrar a lúcida palavra de Gonzals Faus: assim como o coletivismo ditatorial é a degeneração da coletividade e a negação da pessoa, também o individualismo neoliberal é a degeneração da pessoa e a negação da comunidade. (...) O neoliberalismo causa mais mortes que as ditaduras militares.

Aliada a economia de mercado e a política neoliberal está a cultura do capital como expressão simbólica e utópica dos valores hegemônicos da sociedade capitalista globalizada. Para compreendermos profundamente as dimensões anteriores, vamos analisar a cultura do capital, lembrando que para a perspectiva dialética é fundamental

¹⁶ MEDEIROS, L. Cortes atingem 25 dos 31 programas sociais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 nov. 1999, p. A-5.

¹⁷ AZEVEDO, D. Raça: conceito e preconceito. **Revista Relat**, São Paulo: v. 10, n. 34, p. 25-32, abr./jun. 2000, p. 25-32.

a articulação das três forças fundamentais da sociedade, ou seja, a econômica, a política e a simbólica ou cultural.

Como justificativa política dessa economia de mercado, está a falsidade do pensamento, segundo o qual não há solução para a ordem estabelecida, de forma a justificar o interesse da classe privilegiada.

Assim, o projeto neoliberal considera o processo de globalização sob o ponto de vista do mercado irreversível, que requer a inserção de todos, até mesmo subalternamente, sob pena de condenação à irrelevância histórica.

Quando se confrontam com os problemas e males econômicos e sociais, os neoliberais afirmam que a causa fundamental e originária dessa situação é a “*pretensão de conhecimento*” dos economistas em relação ao mercado, que está na base de todas as intervenções do Estado e dos movimentos sociais. Conforme apontamentos neoliberais, deve-se acreditar no aspecto positivo do mercado, encarando o desemprego ou a exclusão social enquanto inerentes ao sistema de mercado.

O neoliberalismo implicou o abandono da política do Estado do Bem-Estar Social (políticas de garantia dos direitos sociais, segundo discurso demagógico) e o retorno à idéia liberal de autocontrole da economia pelo mercado capitalista, afastando, portanto, a interferência do Estado no planejamento econômico. Nesse quadro, o desenvolvimento tecnológico, que implica qualidade de comunicação e informação, só faz aumentar a exclusão social e a desigualdade.

4 Política social do conhecimento e sua relevância para a transformação

Segundo Demo (2000, p. 43), “podemos entender por política social do conhecimento, sobretudo, o processo de reconstrução e uso do conhecimento para fins sociais, quer dizer, a serviço dos excluídos”.

Mas, para que a política social do conhecimento seja efetivada é imprescindível a presença de sujeitos capazes e não manipuláveis, ou seja, emancipados, capazes de interferir em seus próprios destinos.

A proposta de emancipação apresenta contradições lógicas e sociais. No plano lógico, a ciência questiona, mas não permite ser questionada, o que não é correto uma vez que cada sociedade possui seus próprios valores e concepções e isso pode ser questionado sempre. A competência formalizante da ciência é, concomitantemente,

sua força e sua fraqueza. Força porque proporcionou avanços tecnológicos espetaculares e fraqueza por camuflar o poder da lógica com a lógica do poder, fantasiando um discurso em torno da verdade para ocultar a sua relação com uma minoria.

Enquanto isso, no plano social a crítica se volta para a questão da exclusão do conhecimento, apresentando-se alguns aspectos fundamentais:

- 1) a idéia do conhecimento não pode estar disponível para todos;
- 2) o conhecimento está mais facilmente com uma minoria;
- 3) na prática social não há um tipo desinteressado de comunicação, porque se assim fosse então a comunicação não seria social, trazendo à tona contradições;
- 4) o conhecimento destrói o mundo regido pelo senso comum e pelo bom senso, onde a comunicação busca entendimento e não vantagens;
- 5) o descaso pelo senso comum pode ter como resultado a elitização do saber, com o acesso ao conhecimento apurado sendo seletivo em termos econômicos;
- 6) uma estratégia política social do conhecimento arquitetaria modos de acesso ao conhecimento para populações marginalizadas, sem inventar conhecimento pobre para o pobre ou conhecimento para imbecilizar, como acontece através das comunicações.

É importante discernirmos o que não pode o conhecimento:

- a) o conhecimento não pode solucionar tudo, não estabelecendo certezas, mas parâmetros de aproximação;
- b) não cabe ao conhecimento fechar qualquer questão, pois isso não seria científico;
- c) no cotidiano, o conhecimento científico dificilmente substitui outras formas de saber.

As principais mudanças na sociedade somente podem ser efetuadas se baseadas na intensividade do conhecimento, embora seja preciso evitar extremismos como:

- a) saber mais não significa viver melhor. Felicidade combina mais com sabedoria;
- b) não se deve estruturar certezas, pois o conhecimento criativo só ocorre em ambiente de incertezas, levando à criação de novos horizontes;

c) o conhecimento é dinâmico e como tal precisa de renovação constante, sendo mais da ordem da desconstrução.

Assim, pode se perceber que o conhecimento é estratégico e elemento fundamental de qualquer mudança. Mas, é a política social a mais estratégica, no sentido de apresentar melhores condições de combater a pobreza política.

Para melhor compreensão do tema, fala-se em campos de atuação da política social do conhecimento e sistematizar isso serve para concretizar e abrir novos horizontes para a discussão.

ABSTRACT

Active citizenship plays a decisive role in the conquest and construction of the so-called democratic state of law. In a country where inequality is intense, especially with regard to education and socio-political emancipation, it becomes crucial to rethink Brazil dialectically, debating contradictory values, historical formation, as well as the current meaning of the term citizenship and democracy . The present article aimed to discuss emancipation, citizenship and social exclusion in the so - called democratic state of law.

Key-words: participation, citizen, integration.

Considerações finais

Constatou-se pelo presente estudo que as desigualdades existem desde o início da sociedade brasileira e tais diferenças vão desde diferentes poderes aquisitivos até a diversificação étnica, gerando não somente uma estrutura de disparidades, mas também exclusão social.

Nesse sentido, percebe-se que de nada adianta falar em distribuição de renda ou políticas sociais de assistência como combatentes da situação de desigualdade, pois a diferença crucial sempre vai existir, pois a população sofre do que se chama pobreza política e incapacidade de desvencilhar-se das garras do poder. Para isso, a única saída é a redistribuição de renda e, primeiramente, a estruturação e aplicação da política social do conhecimento.

O conhecimento deve ser atrelado à educação, com qualidade política em primeira instância., pois somente é possível combater a pobreza política quando o excluído tiver acesso à educação emancipatória, iniciando pela gestação da consciência crítica, desenvolvendo e criando alternativas históricas.

Infelizmente, em um sistema capitalista globalizado sempre haverá diferenças e exclusão social, sendo possível ao povo somente dividir o poder aquisitivo, mas o poder, jamais, pois se assim fosse o Brasil não seria realmente capitalista.

Atualmente tem-se no Brasil uma massa de trabalhadores explorada e que não tem a mínima possibilidade de reverter a situação, tendo em vista a pobreza política em

que se encontra, que lhe retira, inclusive o exercício do seu direito de ter direitos e com isso a sua emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. de. **A indiscutível leveza do neoliberalismo no Brasil: uma avaliação econômica e política da era neoliberal.** REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO. Ano I, n. 10, mar.2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso: 23 de março de 2016.

ALVES, F. B. Brava gente brasileira. JUS-NAVEGANDI. Ano I, n. 4, mar.2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7627> . Acesso: 19 de agosto de 2006.

ALVES, G. **Dimensões da globalização:** o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. SADER, Emir (Orgs). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, D. Raça: conceito e preconceito. **Revista Relat**, São Paulo: v. 10, n. 34, p. 25-32, abr./jun. 2000.

BETTO, F. Ao gosto do mercado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 de nov. 1999.

BOFF, L. **Ethos mundial:** um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letraviva, 2000.

_____. **Saber cuidar:** ética do humano e compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Nova era:** a civilização planetária. São Paulo: Ática, 1994.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 29. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEMO, P. **Política social do conhecimento:** sobre o futuro do combate à pobreza. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FIORI, E. M. **Elementos sobre o personalismo e compromisso histórico.** Porto Alegre: L & PM, 1987.

GADOTTI, M. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. 6.ed. São Paulo: Cortez e autores associados, 1985.

GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação.** Campinas: Autores Associados, 2001.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** 21.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1986.

JAGUARIBE, H. (*Org.*). **Brasil, sociedade democrática.** 2.ed. v. 196 Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Néelson Boeira. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOPES S. **Fundamentos teóricos do neoliberalismo.** Montevideu: Publicações, 1988.

MEDEIROS, L. Cortes atingem 25 dos 31 programas sociais. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 23 nov. 1999.

MORAES, A. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional.** São Paulo: Atlas, 2006.

NUNES, C. A. Mergulhar na condição humana. **Corujunha – jornal da filosofia no ensino fundamental.** Florianópolis, out. 2000, p. 3.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

RAMONET, I. **Geopolítica do caos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos: iguais e diferentes.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 55, Nov. 1997, p. 76.

XAVIER, U. **Neoliberalismo como uma visão de mundo: universidade e sociedade.** São Paulo: Andes, ano VI, n.11, p. 110-120, jun. 1996.